

# MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

## GABINETE DO MINISTRO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 12 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 45 e 221, do Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, aprovado pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.003497/2005-19, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a garantia do padrão mínimo de germinação ou, quando for o caso, de viabilidade, será de responsabilidade do produtor da semente pelos prazos a seguir estabelecidos, contados a partir do recebimento da semente, comprovado por meio de recibo na nota fiscal, observado o prazo de validade do teste:

I - até 30 (trinta) dias para as sementes das espécies: café, soja, feijão, algodão, girassol, mamona, amendoim, ervilhaca, ervilha, tremoço e as espécies de leguminosas forrageiras;

II - até 40 (quarenta) dias para as sementes das espécies: milho, milheto, trigo, arroz, aveia, cevada, triticale, sorgo e espécies de gramíneas forrageiras de clima temperado; e

III - até 60 (sessenta) dias para as sementes das espécies de gramíneas forrageiras de clima tropical e das demais espécies não previstas nos incisos anteriores.

Art. 2º Definir os modelos dos documentos de fiscalização da produção e do comércio de sementes ou de mudas, aprovados pelo [art. 220, do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004](#): Termo de Fiscalização, Termo de Coleta de Amostra, Auto de Infração, Termo de Suspensão da Comercialização, Termo de Interdição, Termo de Revelia, Termo de Liberação, Termo de Desinterdição, Termo de Julgamento, Termo Aditivo, Termo de Intimação e Termo de Execução de Decisão, na forma dos Anexos de I a XII.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RODRIGUES

ANEXO I

## ANEXO I

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE FISCALIZAÇÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04 _____/_____/_____ (nº/ano)
--------------------------------	---	---

### IDENTIFICAÇÃO DO FISCALIZADO

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:

### IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE SEMENTES E MUDAS (QUANDO HOUVER COLETA D AMOSTRA)

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:

### SITUAÇÃO ENCONTRADA

--

### EXIGÊNCIAS E PRAZOS ESTABELECIDOS

--

### RECOMENDAÇÕES

--

### LOCAL/DATA

--

_____ Fiscal (Identificação e assinatura)	Recebi a 2ª via em ____/____/_____ _____ Fiscalizado/preposto NOME: RG ou CPF:
---	--

1ª via: órgão fiscalizador 2ª via: fiscalizado

## ANEXO II

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador)
--------------------------------	---------------------------------------

ESPÉCIE: \_\_\_\_\_ FRA: \_\_\_\_\_

## DADOS DA AMOSTRA

Amostra Nº	Cultivar	Categoria	Lote Nº	Representatividade do Lote		Valor (R\$) Germinação viável (mês)
				Nº de Embalagens	(RS/Embalagem)Peso da embalagem kg	

\* valor apurado mediante Nota Fiscal, tabela de preço ou informação do fiscalizado.

DADOS DO TRATAMENTO DA SEMENTE: .....  
 O DETENTOR DECLARA TER DISPENSADO A COLETA DA AMOSTRA EM DUPLICATA - SIM  NÃO   
 O DETENTOR DECLARA TER RECEBIDO A AMOSTRA EM DUPLICATA - SIM

## OBSERVAÇÕES

---

LOCAL/DATA

---

_____ Fiscal (Identificação e assinatura)	NOME: RG ou
---	----------------

1ª VIA: Processo 2ª VIA: Laboratório 3ª VIA: Fiscalizado 4ª VIA: Órgão fiscalizador

## ANEXO III



DISPOSIÇÃO LEGAL INFRINGIDA

FICA O AUTUADO CIENTIFICADO DE QUE PODERÁ APRESENTAR DEFESA ESCRITA ACOMPANHADA DAS PROVAS QUE ENTENDER NECESSÁRIAS, NO PRAZO DE QUINZI DIAS, PREVISTO NO INCISO II, DO ART. 222, DO REGULAMENTO DA LEI Nº 10.711/2003 APROVADO PELO DECRETO Nº 5.153/2004, AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO COMPETENTE, SITUADO EM: SOB PENA DE REVELIA.

LOCAL/DATA

<p>Fiscal (Identificação e assinatura)</p>	<p>Recebi a 2ª via em ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">Autuado/preposto</p> <p>NOME: RG ou CPF:</p>
--	--

1ª VIA: Processo 2ª VIA: Autuado 3ª VIA: Órgão fiscalizador

ANEXO IV

ANEXO IV

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	<p>TERMO DE SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04</p> <p style="text-align: center;">_____ (nº/ano)</p>
--------------------------------	---	---



IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COM COMERCIALIZAÇÃO SUSPensa

NOME DO PRODUTOR:						
CNPJ/CPF:				INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:		
ENDEREÇO:						
MUNICÍPIO/UF:				CEP:		
Lote ou Campo ou Viveiro Nº	Quantidade	Unidade	Peso por unidade (kg)	Peso Total (kg)	Espécie	Cultivar

EXIGÊNCIAS A SEREM CUMPRIDAS


IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITÁRIO

Nome:	
Endereço:	
C. Identidade:	CPF:

O presente Termo, originário do Auto de Infração nº ...../....., de .....de ..... lavrado de acordo com o disposto no regulamento da Lei nº 10.711/2003, aprovado pelo Decreto nº 5.153/2004, ficando o depositário acima identificado proibido de utilizar, substituir, manipular, comercializar, remover ou transportar sem autorização prévia do órgão fiscalizador as sementes ou as mudas, até que sejam cumpridas as exigências regulamentares.

LOCAL/DATA
------------

_____ Fiscal (Identificação e assinatura)	Recebi a 2ª via em ____/____/____
	_____ Autuado/preposto NOME: RG ou CPF:

1ª VIA: Processo 2ª VIA:Autuado 3ª VIA: Estabelecimento Fiscalizado 4ª VIA: Órgão fiscalizador

ANEXO V



O presente Termo, originário do Auto de Infração nº ...../....., de .....de ..... acordo com o disposto no regulamento da Lei nº 10.711/2003, aprovado pelo Decreto nº 5.153/2004, ficando o estabelecimento proibido de exercer as atividades ou operações acima especificadas até que sejam cumpridas as exigências estabelecidas ou exarada a decisão final, mediante julgamento pela autoridade competente.



ANEXO VI

ANEXO VI

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE REVELIA Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04 _____/ (nº/ano)
--------------------------------	---	--

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

.....de ....., foi IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:

Findo o prazo estabelecido no inciso II, do art. 222, do regulamento da Lei nº 10.711/2003, aprovada pelo Decreto nº 5.153/04 sem a apresentação da defesa escrita ao Auto de Infração nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de ..... de ..... de ....., fica o autuado considerado REVEL.

LOCAL/DATA

\_\_\_\_\_  
 Autoridade Competente  
 (Identificação e assinatura)



## ANEXO VII

## ANEXO VII

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE LIBERAÇÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04  _____ (nº/ano)
--------------------------------	---	--

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:

## IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO LIBERADO

NOME do PRODUTOR:						
CNPJ/CPF:			INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:			
ATIVIDADE:						
ENDEREÇO:						
MUNICÍPIO/UF:			CEP:			
Lote ou Campo ou Viveiro Nº	Quantidade	Unidade	Peso por unidade (kg)	Peso Total (kg)	Espécie	Cultivar

## ANEXO VIII

ANEXO VIII

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE DESINTERDIÇÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04 _____/_____/_____ (nº/ano)
--------------------------------	---	--

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

NOME:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:

Cumpridas as exigências contidas no Termo de Interdição nº ...../....., de ...../...../.....  
**FICA DESINTERDITADO** o estabelecimento acima identificado.

LOCAL/DATA
------------

_____ Fiscal (Identificação e assinatura)	Recebi a 2ª via em ____/____/_____ _____ Fiscalizado/preposto NOME: RG ou CPF:
---	--

1ª VIA: Processo 2ª VIA: Autuado 3ª VIA: Órgão fiscalizador

ANEXO IX

ANEXO IX

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE JULGAMENTO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04 _____/_____ (nº/ano)
--------------------------------	---	--

PROCESSO Nº:	
NOME DO AUTUADO:	
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDERECO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP.:

Considerando os autos do processo em epígrafe, bem como a regularidade dos procedimentos fiscais JULGO.....  
(Procedente ou Improcedente)  
o Auto de Infração nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de .....de .....de....., e imponho a autuado a seguinte decisão:

INTIME-SE o autuado da decisão, informando-o da prerrogativa de interposição de recurso, na form prevista na legislação.

LOCAL/DATA
------------

_____ Autoridade Competente (Identificação e assinatura)
--

1ª Via - Processo 2ª Via - Órgão de Fiscalização

ANEXO X

ANEXO X

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	<p>TERMO ADITIVO</p> <p>Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04</p>
--------------------------------	---	--

Lavra-se o presente Termo Aditivo ao .....  
de ..... de ..... de ..... para:

Ratificando-se os demais dizeres do documento acima referido.

LOCAL/DATA

<p>_____</p> <p>Fiscal (Identificação e assinatura)</p>	<p>Recebi a 2ª via em ____/____/____</p> <p>_____</p> <p>Fiscalizado/Autuado/preposto</p> <p>NOME: RG ou CPF:</p>
---	---

1ª VIA: Processo 2ª VIA: Interessado 3ª VIA: Órgão fiscalizador

ANEXO XI

ANEXO XI

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE INTIMAÇÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04  _____/_____ (nº/ano)
--------------------------------	---	---

PROCESSO Nº:	
NOME DO AUTUADO:	
CNPJ/CPE:	INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM Nº:
ATIVIDADE(S):	
ENDERECO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP.:

Em atendimento à determinação constante do Termo de Julgamento nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, informamos a V. Sª que a autoridade competente JULGOU \_\_\_\_\_

(Procedente ou Improcedente)  
o Auto de Infração nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, e impôs a seguinte decisão:

Fique o intimado ciente de que, caso não concorde com a decisão, poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste, conforme disposto no item VII, do art. 222, do Regulamento da Lei nº 10.711/03, aprovado pelo Decreto nº 5.153/04.

LOCAL/DATA
------------

_____ Autoridade Competente (Identificação e assinatura)
--

1ª Via - Processo 2ª Via - Órgão fiscalizador

ANEXO XII

ANEXO XII

(Brasão do órgão fiscalizador)	(Identificação do órgão fiscalizador na Unidade Federativa)	TERMO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO Lei nº 10.711/03 e Decreto nº 5.153/04 _____/_____ (nº/ano)
--------------------------------	---	---

1. DECISÕES RELATIVAS À PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

De acordo com a decisão exarada pela Autoridade Competente, mediante Termo de Julgamento nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, constante das fls. \_\_\_\_\_, do Processo nº \_\_\_\_\_, notificado pelo Termo de Intimação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, fica imposta ao autuado, \_\_\_\_\_ já qualificado nos autos do processo, a(s) penalidade(s) abaixo assinalada(s), conforme disposto nos artigos 195 e 196 do Regulamento da Lei nº 10.711/2003:

- AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE       ADVERTÊNCIA
- MULTA:       Recolhida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,       Encaminhada para inscrição e cobrança executiva, conforme documento anexo.

- SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO NO RENASEM PELO PRAZO DE ..... DIAS.
- SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO NO RENASEM PELO PRAZO DE ..... DIAS.
- CASSAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO RENASEM
- CASSAÇÃO DO CREDENCIAMENTO NO RENASEM

2. DECISÕES RELATIVAS AO PRODUTO

De acordo com a decisão exarada pela Autoridade Competente, mediante Termo de Julgamento nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, constante das fls. \_\_\_\_\_, do Processo nº \_\_\_\_\_, notificada pelo Termo de Intimação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, foi dada ao(s) produto(s) caracterizado(s) nos autos a seguinte destinação:

- LIBERADO, mediante Termo de Liberação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de ...../...../.....
- APREENDIDO e CONDENADO como material de propagação vegetal, mediante:
- Destruição ou inutilização na presença da fiscalização em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Liberação para comercialização como grão mediante descaracterização das embalagens na Presença da fiscalização em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Outra destinação:

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À EXECUÇÃO DA DECISÃO

---

---

LOCAL/DATA
------------



D.O.U.,14/07/2005